



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



CULTURA  
ACADÊMICA  
*Editora*

## Marxismo e feminismo:

revolução, luta de classes e o debate teórico-metodológico nos estudos sobre a  
condição da mulher  
Angélica Lovatto

**Como citar:** LOVATTO, A. Marxismo e feminismo: revolução, luta de classes e o debate teórico-metodológico nos estudos sobre a condição da mulher. *In:* DEO, A.; BATISTA, F. M. (org.). **100 Anos da Revolução Russa: a transição socialista como atualidade histórica.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 53-72.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-09-5.p53-72>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

MARXISMO E FEMINISMO:  
REVOLUÇÃO, LUTA DE CLASSES E O  
DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO  
NOS ESTUDOS SOBRE A CONDIÇÃO DA  
MULHER

*Angélica Lovatto*

*“Procurei oferecer neste livro um quadro verídico, vivo e racional das primeiras lutas da revolução socialista russa. Desejando, acima de tudo, resgatar aos olhos dos proletários os ensinamentos de uma das épocas mais importantes e decisivas da luta de classes nos tempos modernos, só poderia expor o ponto de vista dos revolucionários proletários. Esse modo de proceder terá, para o leitor leigo em doutrinas comunistas, a vantagem de lhe mostrar a maneira como os que fizeram a revolução a entendiam e a entendem ainda hoje”.*

Victor Serge, *O ano I da Revolução Russa*. (SERGE, 1993, p. 15).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Prefácio em janeiro de 1930. Serge escreve um segundo Prefácio, quando da reedição do livro, em janeiro de 1938.

<https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-09-5.p53-72>

O feminismo precisa ser discutido, de forma indissociável, ao contexto da luta de classes. Esta é a premissa da reflexão que aqui proponho e hipótese de trabalho principal que norteia meus estudos sobre a condição da mulher. Especialmente para um texto que faz parte da proposta do presente livro homenageando os 100 anos da Revolução Russa.

A discussão sobre o processo revolucionário na Rússia é fundamental para a retomada do significado histórico da luta de classes. Os percalços e problemas objetivos do processo russo e, posteriormente, da formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas é condição *sine qua non* para uma retomada do tema neste centenário de importância ímpar para os revolucionários contemporâneos. Aliás, este é o mote deste texto. Por que discutir a revolução russa, 100 anos depois? Prioritariamente, para entender e atuar no contexto contemporâneo com vistas à retomada e afirmação da necessidade da revolução social num mundo ainda dominado pela lógica do capital. Olhar para o passado é atitude necessária para atualizar o presente. E seguir em frente. E por que discutir a condição da mulher neste contexto? Porque o lugar de destaque que a questão feminina passou a ocupar nas discussões contemporâneas, ao menos do último terço do século XX até hoje, acabou por associar – majoritariamente – a questão da mulher a uma causa específica, normalmente tratada fora do contexto mais amplo das lutas da classe trabalhadora como um todo. Isso gerou pressupostos metodológicos, especialmente nas Ciências Sociais, que levaram a um distanciamento entre marxismo e feminismo, como se esse instrumento teórico-prático proporcionado pelos textos de Karl Marx (1818-1883), e de outros importantes marxistas, não importasse – ou importasse apenas parcialmente – para a questão “específica” da mulher. Isso, evidentemente, em termos da leitura hegemônica resultante destes estudos. Claro que houve, e continua havendo, esforços importantíssimos na direção dos estudos pautados pelo binômio marxismo e feminismo.

Diante desse quadro hegemônico, a principal preocupação que aqui apresento é o debate teórico-metodológico nos estudos sobre a condição da mulher. A referência principal, em termos da inovação destes estudos no caso brasileiro, no campo do marxismo, é o texto da socióloga que foi pioneira nesta discussão desde os anos 1960, Heleieth Saffioti

(1934-2010). Trata-se de seu clássico *A mulher na sociedade de classes mito e realidade* (SAFFIOTI, 2013, p. 34). Mas, antes disso, é importante dar um rápido destaque a algumas obras e estudos clássicos que o marxismo produziu desde os tempos da Comuna de Paris de 1871, (LISSAGARAY, 1991)<sup>2</sup> passando pela Revolução Russa e os desdobramentos da derrocada de todo o Leste Europeu e, por fim, da própria URSS, bem como o Brasil neste contexto.

### MARXISMO, FEMINISMO E LUTA DE CLASSES

Neste campo de discussão, é importante destacar o papel da vanguardista Flora Tristan (1803-1844) que, na Paris dos anos 1840 – com sua obra *União operária* (1843) que defendia a auto-emancipação dos trabalhadores e o internacionalismo socialista – impressionava nomes como Marx e Bakunin (1814-1876), entre outros. Note-se que esta obra é publicada cinco anos antes de *O Manifesto Comunista*. Outro importante texto de Tristan que se relaciona diretamente ao tema, publicado dois anos após sua morte é *A emancipação da mulher*. O filósofo Leandro Konder dedicou um estudo a esta militante e escritora, *Flora Tristan, uma vida de mulher, uma paixão socialista* (1994). No campo do feminismo classista, Flora Tristan ocupa lugar destacado e não pode deixar de ser lida pelas brasileiras que se dedicam a este tema.

Embora o espaço aqui seja limitado, não quero deixar de fazer referência a dois textos clássicos do marxismo, escritos no início do século XX, no contexto da Revolução Russa, que discutem a nova mulher, a nova moral sexual, e a participação feminina na política e na construção de um novo mundo. O primeiro é da revolucionária russa Alexandra Kolontai (1872-1952), “O amor e a nova moral”, contendo dois ensaios da autora, *A nova mulher e a moral sexual* e *O amor na sociedade comunista*, escritos em 1918 e 1921, respectivamente (KOLONTAI, 2000). No texto aqui destacado, Kolontai explicita a necessidade de se repensar o amor e a sexualidade sobre novas bases, como um desafio que deve fazer parte

<sup>2</sup> O Jornalista Lissagaray foi um dos poucos sobreviventes da Comuna de Paris e este livro é de extraordinária importância para se conhecer a experiência revolucionária levada a cabo pelos trabalhadores na França.

do processo revolucionário. O segundo texto é do marxista peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930), “A mulher e a política”, publicado originalmente em *Variedades*, Lima, em 15 de março de 1924 – como fruto de sua atividade de jornalista e defensor da revolução bolchevique – e que faz parte do livro *Revolução Russa: história, política e literatura*.<sup>3</sup> Neste texto, Mariátegui – além de destacar o papel de Kolontai – afirma que a história da Revolução Russa se achava, na verdade, muito conectada à história das conquistas do feminismo. Daí o destaque aqui especialmente referido.

Um texto quase desconhecido que se dedicou à mulher trabalhadora no Brasil, está publicado pela Revista *Escrita Ensaio*, n.5, feito com a temática específica “Mulher brasileira: a caminho da libertação”. Este dossiê foi publicado em 1979 – justamente no pico da retomada do movimento operário no pós-1964 – que também significou um importante momento do movimento feminista, através da realização do *Congresso da Mulher Metalúrgica*, do *Primeiro Congresso da Mulher Paulista*, do *Encontro Nacional das Mulheres*, promovido pelo Centro da Mulher Brasileira, entre outras iniciativas. Por ser um número temático, destaco um artigo antológico de Heleieth Saffioti, que as feministas contemporâneas mal conhecem: “O fardo das brasileiras – de mal a pior” (SAFFIOTI, 1979). Nele, a autora defende explicitamente que uma mulher genérica não existe, mas sim mulheres localizadas na estrutura social, que arcam com o ônus desta inserção e, portanto, a intensidade da discriminação feminina varia segundo as classes sociais.

Como o presente texto não se propõe a discutir todas as contribuições, mas apenas destacar, deliberadamente, aquelas menos referidas nos estudos contemporâneos sobre o feminismo, resta indicar também uma autora brasileira pouquíssimo presente nas bibliografias de estudos feministas, mas que deveria ocupar lugar de destaque. Trata-se de Vania Bambirra (1940-2015), uma autora muito conhecida na América Latina, mas pouco referida no próprio país. Ela é uma das intelectuais brasileiras exiladas por mais tempo, em função da ditadura militar de 1964, e trabalhou no Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do

<sup>3</sup> Com organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás, publicado pela Expressão Popular (2012).

Chile (CESO). Seus dois textos mais conhecidos na reflexão direta do feminismo são quase desconhecidos pelas brasileiras, mas isso tem mudado nos últimos 10 anos: “La mujer chilena em la transición al socialismo”, publicado na *Punto Final*, em 1971, Santiago de Chile. E “Liberación de la mujer: una tarea de hoy”, no mesmo órgão de divulgação, em 1972. Alguns dossiês com essa temática do marxismo e do feminismo foram providenciados por blogs e publicações de esquerda. Mas com certeza ainda há muito a fazer.<sup>4</sup>

### HELEIETH SAFFIOTI E O DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO NOS ESTUDOS SOBRE A CONDIÇÃO DA MULHER

Inter-relacionar feminismo, luta de classes e capitalismo, não é tarefa fácil. Fazer uma obra que explicita essas correlações e ainda discuta um caminho para o socialismo, menos ainda. Afinal, trata-se da superação da propriedade privada dos meios de produção. Como se não bastassem essas duas tarefas hercúleas, Saffioti ainda enfrenta a questão de não isolar a questão feminina como uma causa específica. Por isso que o debate teórico-metodológico no campo dos estudos sobre feminismo no Brasil passa por esta importante socióloga, numa visão de totalidade propiciada pelo instrumental marxista. Ela foi pioneira nos estudos sobre a condição da mulher no Brasil não só porque tratou sistematicamente do assunto quando não era tão usual nas ciências sociais no país, mas principalmente porque trabalhou duas difíceis relações, quase ao mesmo tempo: 1) a condição da mulher e a luta de classes; 2) o marxismo e a questão feminina. A autora deixou, portanto, importante herança nos estudos sobre a mulher que, na atualidade que a questão apresenta, é referência obrigatória para quem deseja tratar do tema, tanto pelo resgate histórico que suas reflexões representam, como para vislumbrar as possibilidades de efetiva emancipação feminina neste século XXI.

Para os objetivos de expor aqui as principais dimensões da inovação teórico-metodológica que Saffioti propõe, optei por apresentar

<sup>4</sup> LOVATTO; BARSOTTI, 2009. Neste dossiê há uma seleção de mais de 30 textos sobre a temática marxista, a questão feminina e a luta de classes. Outro dossiê sobre o tema, publicado também no blog marxismo21: MARTUSCELLI; LOVATTO; GONÇALVES, 2016.

as problemáticas centrais<sup>5</sup> daquele que é considerado seu principal estudo, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Publicado em livro em 1969, foi fruto de pesquisa inicial de doutorado que, mais tarde, resultou na Livre-Docência na UNESP, campus de Araraquara (CANDIDO, 2013, p. 27). A repercussão do estudo levou a uma segunda edição em 1976. E, numa iniciativa bastante oportuna, a terceira edição veio a público por meio da Expressão Popular, em 2013, demonstrando a atualidade e a importância do pensamento desta pensadora brasileira.

Dizer de sua atualidade, não significa ignorar os avanços – especialmente de pesquisas empíricas – realizados nas últimas décadas. A própria autora adverte, em nota à segunda edição, ainda em 1976, que “considerando-se o objetivo desta obra – abordar uma série de problemas até então não percebidos ou tratados sem embasamento teórico –, seria praticamente impossível a atualização de todas as suas partes”, ressaltando que o impulso “sofrido pelos movimentos feministas nestes últimos anos foi tal que existem obras bem nutridas tratando exclusivamente desta questão”. No entanto, adverte: “a magnitude do material empírico impõe, por conseguinte, a especialização” que, no entanto, “tende a estreitar as fronteiras teóricas em que os fatos são situados” (SAFFIOTI, 2013, p. 38).

Se isso já valia para 1976, vale muito mais para este momento que vivemos no século XXI. Daí o significado que aqui atribuímos à atualidade do texto: valorizar o arsenal teórico-metodológico em que se situa a obra de Saffioti<sup>6</sup> – que é o legado que recebemos para a realização de novas pesquisas – que caminha no sentido contrário do eventual estreitamento das fronteiras teóricas em que os fatos são situados, reconhecendo que os limites datados de seu texto, correspondem a um contexto histórico do final dos anos 1960, num país que inclusive passava por grande repressão ditatorial, que correspondia – no plano internacional – à lógica da Guerra Fria.

---

<sup>5</sup> Uma visão mais detalhada do livro, de mais de 500 páginas, poderia levar a uma outra escolha de forma e conteúdo, que não caberia aos propósitos deste capítulo que discute a questão teórico-metodológica. A problematização geral que aqui apresento pretende contribuir com o devido destaque e relevância que a obra de Heleieth Saffioti conquistou.

<sup>6</sup> Há um desenvolvimento mais completo desse aspecto em SAFFIOTI, *Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero*. (MORAES SILVA, 1991). Desenvolvo melhor este aspecto no texto “Desvendando O poder do macho: um encontro com Heleieth Saffioti” (LOVATTO, 2011, p. 110-118).

Importante ressaltar que o livro de Saffioti é composto por três partes<sup>7</sup> que, embora se complementem, podem ser lidos de maneira independente (CANDIDO, 2013). É assim que ganha destaque – como uma leitura interpretativa do Brasil – a parte II de sua obra, a saber, “A evolução da condição da mulher no Brasil”. Nela, a autora faz uma análise da formação histórica do país, por meio da localização dos papéis sociais da mulher brasileira e sua evolução.

Ao apresentar seus próprios objetivos na pesquisa que desenvolveu, Saffioti adverte que “se esta obra não se dirige apenas às mulheres, não assume, de outra parte, a defesa dos elementos do sexo feminino. Não é, portanto, feminista” (SAFFIOTI, 2013, p. 38). Esta é a principal advertência ao leitor de seu trabalho, isto é, não se trata de uma obra feminista, mas que considera a totalidade das relações onde a mulher está inserida. E continua: “Denuncia, ao contrário, as condições precárias de funcionamento da instituição família nas sociedades de classes em decorrência de uma opressão que, tão somente do ponto de vista da aparência, atinge apenas a mulher” (SAFFIOTI, 2013, p. 38). Este texto demonstra, entre outros aspectos, a determinação da autora em escapar aos escaninhos de classificação apressadamente engajados que poderiam ser impostos à sua reflexão. Ao mesmo tempo, ela sabia que seus estudos poderiam trazer luz a um tema que, no Brasil, estava ainda procurando seus caminhos. Entendo que a autora trabalhou no sentido de estabelecer as bases para uma melhor compreensão teórico-metodológica do tema, além – evidentemente – de contribuir para o alcance político das necessárias transformações da condição da mulher na sociedade.

A problemática proposta e desenvolvida por Saffioti, neste texto que, como já dissemos, foi publicado em 1969 – mas cuja redação havia sido concluída em 1967<sup>8</sup> – é apresentada nos seguintes termos: “A explicação da situação da mulher na sociedade capitalista é encontrável através da análise das relações entre o fator natural sexo e as determinações essenciais do modo capitalista de produção” (SAFFIOTI, 2013, p. 507). Seu objetivo

<sup>7</sup> Parte I – Mulher e capitalismo; Parte II – Evolução da mulher no Brasil; Parte III – A mística feminina na era da ciência.

<sup>8</sup> Para maiores detalhes de como a pesquisa nasceu e foi desenvolvida, consultar (GONÇALVES, 2013, p.11-25).



era explicitar os mecanismos pelos quais as sociedades de mercado operam, com vistas “à regulação das atividades das duas categorias de sexo de modo a atenuar conflitos gerados pela ordem social competitiva” (SAFFIOTI, 2013, p. 507).

Esta problemática e este objetivo geraram a seguinte hipótese, defendida pela autora:

Como o sistema capitalista de produção é incapaz de absorver a mão de obra potencial representada por todos os membros adultos e normais da sociedade de classes, *seus mecanismos de defesa consistem em tentar preservar-se sem expor demasiadamente suas contradições internas*. Eis por que lança mão de fatores de ordem natural a fim de, simultaneamente, manter seu padrão de equilíbrio, instável e contraditório, alijando força de trabalho do mercado, e justificar a marginalização de enormes contingentes femininos da estrutura de classes através das funções de reprodutora e socializadora por excelência da geração imatura, que tradicionalmente a sociedade atribui à mulher (SAFFIOTI, 2013, p. 508)<sup>9</sup>.

Poder-se-ia objetar que o capitalismo acabou utilizando-se mais do trabalho feminino do que a análise inicial de Saffioti argumentava, especialmente o trabalho precarizado, cuja especialização profissional é praticamente inexistente. No entanto, entendo que está justamente neste ponto – o trabalho feminino precarizado que tanto marca o nosso tempo – a chave para a compreensão do que a autora chamava a atenção em 1969: na linha de “tentar preservar-se sem expor demasiadamente suas contradições internas”,<sup>10</sup> o capitalismo absorvia uma camada do chamado desemprego feminino, sem classificá-lo como desemprego,<sup>11</sup> na medida em que era considerada “natural” a absorção de suas funções sociais como “reprodutora e socializadora por excelência da geração imatura”. Quando

---

<sup>9</sup> Grifos meus.

<sup>10</sup> István Mészáros desenvolve algo semelhante em sua tese sobre o sistema sociometabólico do capital, ao usar a expressão “linha de menor resistência do capital”, referindo-se à maneira como o capitalismo procura se adaptar aos movimentos sociais contestatórios ao sistema, mas que não apontam para a superação efetiva do capital pela perspectiva do trabalho (MÉSZÁROS, 2002).

<sup>11</sup> “No caso da mulher, entretanto, cujo desemprego é justificado em termos das funções de reprodutora e de socializadora dos imaturos, que a mulher desempenha por atribuição da sociedade, a inatividade econômica não chega, portanto, a ser considerada propriamente desemprego” (SAFFIOTI, 2013, p.509).

isso atingiu um limite insuportável do exército industrial de reserva, o capitalismo passou a “absorver” a força de trabalho feminina da forma mais precarizada possível, muito próxima da “especialização” do trabalho doméstico ou do trabalho de mãe. Senão vejamos: quando Saffioti explicita sua tese, expondo as contradições da sociedade de classes, chega à seguinte conclusão:

Se a elevação da produtividade do trabalho pode ser considerada um fim desejável socialmente, é preciso considerar *a totalidade em que este objetivo se insere* a fim de que se verifique se ela representa o alvo da sociedade como um todo ou se representa *apenas o alvo de uma classe social* (SAFFIOTI, 2013, p. 508-509).<sup>12</sup>

Fazendo referência aos pressupostos de uma democracia social e econômica, a autora argumenta que nada “é mais desejável do que a elevação da produtividade do trabalho” de tal maneira que a humanidade se “liberte do reino da necessidade e penetre no reino da abundância” (SAFFIOTI, 2013, p. 509). Mas na medida em que, sob o capitalismo, o produto do trabalho social é desigualmente distribuído, “o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade de classes bloqueia” as possibilidades “de realização da democracia social e econômica” (SAFFIOTI, 2013, p. 509). Essa contradição ocorreria porque as oportunidades “de objetivação de si oferecidas aos seres humanos” dependeriam de fatores “sobre os quais estes seres não têm o mínimo controle”, como é o caso do desemprego estrutural. Consequência: as “sociedades competitivas” – expressão que a autora usa frequentemente – precisaram encontrar uma solução para lidar com esse desemprego, recorrendo – ainda que de forma precária e provisória – “ao não emprego de tecnologia poupadora de mão de obra” (SAFFIOTI, 2013, p. 509). Neste sentido, o desemprego masculino adquire a aparência de ser o único com feições realmente inaceitáveis socialmente, pela explicitação das contradições mais latentes do capitalismo. Mais um exemplo da autora no sentido de que não é possível entender a questão do trabalho feminino sem a contrapartida do masculino:

---

<sup>12</sup> Grifos meus.

Como o sistema de produção não pode absorver toda força de trabalho potencial da sociedade de economia de mercado, libertar a mulher das funções que tradicionalmente vêm sendo desempenhadas por ela representa ampliar consideravelmente o número de pessoas disponíveis no mercado de trabalho, o que, além de agravar sobremodo o problema do desemprego, expõe a estrutura social à observação e à crítica (SAFFIOTI, 2013, p. 510).

A situação da mulher expressa, segundo a autora, “o impasse diante do qual se vê colocada a sociedade de classes” (SAFFIOTI, 2013, p. 510). Eis explicitada sua tese diante das contradições inerentes ao sistema capitalista de produção! Ao mesmo tempo que explica, sua tese reconhece a posição da mulher na sociedade de classes, sem desconsiderar sua especificidade no sistema de produção onde homens e mulheres são explorados. Sendo assim, tendo a considerar que – para retomar este aspecto hoje e debater concretamente o papel das mulheres trabalhadoras e precarizadas na sociedade capitalista do século XXI – seja necessário retomar este pressuposto tão bem construído por Saffioti no final dos anos 1960, sob pena de incorreremos no erro de isolar em demasia o papel feminino da totalidade histórico-social em que se insere.

Essa totalidade valeria também para outros aspectos, caso a eventual pretensão social fosse uma sociedade sem classes ou “pelo menos, uma sociedade de classes não antagônicas”, isto é, se seus membros estivessem de fato destinados a gozar de “liberdade suficiente para conquistar o *status* social que suas capacidades pessoais permitem”, onde “o nascimento, a cor e o sexo não decidem os destinos de pessoas”. Isso seria a realização plena de um “reino da razão” (SAFFIOTI, 2013, p. 510). Não é o que ocorre nas sociedades competitivas, em que a inversão dessa razão é operada:

Com efeito, enquanto nas sociedades pré-capitalistas a etnia e o sexo aparecem como fundamento da inferioridade social do escravo, do servo e da mulher, nas sociedades competitivas os caracteres naturais perdem, aparentemente, à proporção em que se processa o desenvolvimento social e econômico, a feição de marcas sociais que operariam como fatores de perturbação da ordem competitiva, racionalmente organizada. (SAFFIOTI, 2013, p. 511).

Segundo a autora, há uma camuflagem, portanto, onde a sociedade competitiva vai “refinando suas técnicas sociais”, de tal modo a induzir “seus membros a atuar segundo as necessidades do sistema como um todo” (SAFFIOTI, 2013, p. 511). Ao invés de descartar uma dada filiação étnica ou de ordem sexual, de modo explícito, a técnica refinada faz parecer que o descarte daquela “mão de obra” está sendo feito em função da ausência das qualificações exigidas, diante da harmonia do conjunto orgânico no qual se inserem. O mecanismo dessa camuflagem faz com que a própria sociedade vá reelaborando constantemente o escopo das qualificações exigidas – diante das novas necessidades produtivas que seu processo impõe – de tal maneira que ela própria “seria incapaz de discernir onde terminam as razões que a natureza do organismo feminino impõe à permanência da mulher no lar e onde têm início os fundamentos sociais do alijamento de grandes contingentes femininos da estrutura de classes” (SAFFIOTI, 2013, p. 511).

#### **AMBIVALÊNCIA, ECONOMIA DE MERCADO E CONTINGENTES FEMININOS: PROBLEMA SOCIAL OU UMA QUESTÃO DE “SEXOS” OPOSTOS?**

A necessidade de satisfazer às exigências estruturais e funcionais de economia do mercado, segundo a autora, implicaria numa ambivalência:

Na manutenção de dois ideais contraditórios – a aspiração de ascensão social e a aspiração, tanto masculina quanto feminina, de fornecer à mulher as condições financeiras necessárias a fim de que possa realizar o padrão *mulher economicamente inativa* – revelam-se, vigorosamente, as contradições próprias de um sistema que, ao mesmo tempo, tenta preservar-se através de uma seleção prévia dos elementos a serem lançados no processo de competição, mediando a satisfação dessa necessidade com a estrutura familiar, e por meio da garantia de consumo, mesmo que num nível da subsistência, de todos os seus membros (SAFFIOTI, 2013, 512).

Como então, as sociedades competitivas, tendem a resolver esta ambivalência? Os indicativos de Saffioti apontam que, nestas condições, o problema da mulher “não é somente seu, mas um problema de *homens*

*e mulheres*” (SAFFIOTI, 2013, p. 513)<sup>13</sup>. Isso porque essa sociedade não pode desconsiderar as necessidades básicas das unidades de consumo, a ponto de pôr em risco a sobrevivência de seus membros “qualificados” para o processo produtivo. Assim, ao contrário do que com frequência poderia aparecer – e aparece – na consciência masculina, “o processo de marginalização da mulher da estrutura de classes não traz benefícios aos homens” pois, como unidades de consumo, “a família acaba por auferir rendimentos inferiores”, pelo afastamento do elemento feminino do trabalho remunerado:

Assim, não apenas a consciência feminina está mistificada, mas o próprio homem se deixa levar pelos mecanismos de defesa do sistema capitalista de produção como se a manutenção de seu domínio sobre a mulher compensasse as desvantagens de uma distribuição extremamente desigual dos produtos do trabalho social (SAFFIOTI, 2013, p. 513).

Esse seria o motivo pelo qual, frequentemente, essas questões não aparecem como um problema social, mas exclusivamente como uma questão de “sexos” opostos, mistificando as consciências, tanto masculina quanto feminina.

Seguindo esta importante base sobre a qual é erigido o pensamento de Heleieth Saffioti, tendo a considerar que – sem entender este aspecto da suposta luta “entre os sexos” – será difícil superar a alienação e o estranhamento que cercam o trabalho feminino e masculino na totalidade do sistema de produção capitalista no qual até hoje estamos, mais do que nunca, inseridos. Isso porque esse sistema já demonstrou o fôlego que tem, mesmo diante das crises econômicas mais objetivas que surgiram historicamente. Coloca-se aqui o velho problema entre condições objetivas e disposição subjetiva em superar o capitalismo: se os elementos subjetivos que poderiam interferir na objetividade desta crise não resolverem suas contradições, tanto no plano teórico, como no plano da ação, o capitalismo não perecerá simplesmente por uma fatalidade histórica, “crença” que contaminou alguns defensores do socialismo durante muito tempo. Refiro-

---

<sup>13</sup> Grifos meus.

me aqui às reflexões pioneiras que Saffioti realizou, neste mesmo livro, sobre as experiências que vinham sendo desenvolvidas no chamado “socialismo real”, e que serão referidas sinteticamente a partir desse momento.

### **COMO DISCUTIR A TRANSIÇÃO SOCIALISTA E A QUESTÃO DA MULHER NUMA SOCIEDADE AINDA ORGANIZADA EM CLASSES SOCIAIS?**

A principal hipótese defendida a este respeito por Saffioti é a de que as categorias de sexo não apresentam autonomia e “nem constituem determinações essenciais do sistema capitalista de produção”. Pensar o socialismo e a questão da mulher também segue, portanto, essa lógica, na medida em que “atacar diretamente as determinações essenciais da sociedade de classes” – como se isto fosse suficiente para “a solução de todas as contradições do sistema” – não seria, com certeza, a melhor maneira de propor a superação dos problemas da mulher. Considerando o estado da arte em que o socialismo real se encontrava naquele momento histórico – estruturado muito mais como sociedades pós-capitalistas do que sociedades com efetiva transição socialista (MÉSZÁROS, 2002) – a percepção de Saffioti sobre o tema era aguda: “a crença de que a implantação do socialismo levava, automaticamente, à destruição dos elementos culturais responsáveis pela inferiorização social da mulher” teria limitado “as possibilidades de solução satisfatória do problema feminino pelas sociedades socialistas” (SAFFIOTI, 2013, p. 516).

Embora este não tenha sido o foco de sua pesquisa, a autora deixou algumas pistas para se pensar a questão. Argumentou que alguns socialistas chegaram a avançar na ideia de que o “feminismo só se legitima enquanto perspectiva inclusa e dependente de pontos de vista estruturalmente determinados”, mas nenhum deles teria sido capaz de explicar – pelo menos não de uma maneira convincente, segundo a autora – a situação da mulher nas sociedades capitalistas, dissecando objetivamente “esquemas estratificatórios e a estrutura de classes” (SAFFIOTI, 2013, p. 516). Ao não fazerem isso, esses socialistas teriam deixado de tratar a questão feminina como parte integrante da superação da estrutura de classes, por debilidades de ordem teórica e prática:

Nem teórica nem praticamente a perspectiva socialista resolveu de modo satisfatório as questões femininas. Teoricamente, porque assimilou as relações entre os sexos às relações entre as classes sociais, raciocínio inaceitável, uma vez que as categorias sociais em questão possuem natureza diversa. [...] No terreno prático, embora as experiências socialistas não representem, de forma alguma, a solução definitiva dos problemas femininos, fizeram corresponder ao avanço do processo de emancipação feminina no terreno social uma posição economicamente segura para a mulher (SAFFIOTI, 2013, p. 517).

Com isso, o socialismo real sequer conseguiu realizar a igualdade formal entre os dois sexos, o que a sociedade de classes – com suas mistificações – tende a realizar, apropriando-se mimeticamente do discurso de libertação da mulher no terreno da sexualidade e da reprodução. Talvez aqui, arriscando uma conclusão pessoal, a linha de menor resistência do capital (MÉSZÁROS, 2002) tenha novamente saído vitoriosa, absorvendo – por assim dizer – a capacidade do movimento feminista de se impor na luta social, articulando de fato a condição da mulher com a sociedade de classes e, principalmente, com a luta de classes. Parece-me que – seguindo o raciocínio, já citado, de Mézáros sobre o sistema sociometabólico do capital – a incapacidade do socialismo real em superar o capital (e não apenas o capitalismo), resultou também em envolver as demais questões sociais no emaranhado das dificuldades insuperáveis que acabaram na derrocada de 1989-92, tanto no Leste Europeu, como na própria URSS.

Heleieth Saffioti desenvolve sua pesquisa em tempos de Guerra Fria e nos meandros de movimentos sociais que vieram a culminar na rejeição tanto ao capitalismo, quanto ao chamado socialismo real, como são exemplos o Maio de 1968 em Paris, Berkeley, Berlim e Praga. Naquele momento histórico, o desconforto em relação ao primeiro e segundo “mundos” aparecia em contestações vigorosas que, no entanto, não chegavam exatamente a propor um “novo mundo” em seu lugar. Daí a contextualização deste livro da autora: como mencionei anteriormente, embora tenha terminado de escrever em 1967, a publicação do livro de Saffioti entrou em circulação em 1969, momento em que passaram a ser discutidos novos paradigmas para as ciências sociais (EVANGELISTA,

1992), decorrentes do que ficou mundialmente conhecido como crise dos *sixties* (FERRY; RENAUT, 1985). Esta discussão questionava fortemente a validade do marxismo, que estaria ultrapassado, em função de “novas” manifestações dos fenômenos sociais, que por sua vez exigiriam um “novo” modelo analítico (FERRY; RENAUT, 1985). Esta perspectiva de revisão e crítica do marxismo anunciava o que foi denominado de uma “nova” esquerda que, por sua vez, estaria associada à derrocada da centralidade operária no processo revolucionário. Argumentava-se que as rápidas transformações por que passava a sociedade moderna teria levado à emergência de uma pluralidade de “novos sujeitos políticos”, “novos espaços sociais”, “novas práticas sociais” e “novas falas e representações sociais”, que haviam – por assim dizer – substituído “velhos” sujeitos sociais, como por exemplo a classe operária. Haveria, em suma, uma lacuna na teoria das classes sociais que o marxismo – em sua leitura tradicional – tinha dificuldade de preencher (FERRY; RENAUT, 1985).

Na impossibilidade de entrar nos detalhes desta rica discussão, devido ao escopo aqui delimitado, gostaria de sugerir a hipótese de que a obra de Heleieth Saffioti – especialmente *A mulher na sociedade de classes* – contribuiu decisivamente no Brasil para atuar no sentido contrário desta tese revisionista. A autora conseguiu valorizar a chamada “pluralidade de sujeitos políticos” sem desprezar o marxismo enquanto instrumento teórico-metodológico, equilibrando a condição da especificidade da mulher sem negar a centralidade da perspectiva do trabalho, inserida na luta de classes. Em suma, a autora foi capaz de ser pioneira na difícil questão feminina, ao mesmo tempo em que – por sua competência e comprometimento intelectual e político – escapou às armadilhas impostas pelo revisionismo teórico que os discursos pós-modernos – caracterizados pela negação das metanarrativas (LYOTARD, 1989) – passaram a implementar, dominando a cena nos últimos 30 anos do século passado e início do XXI. Estes são motivos mais do que suficientes para que as novas gerações continuem lendo a obra de Heleieth Saffioti<sup>14</sup> e, o que é ainda mais

<sup>14</sup> Importante referir a leitura de dois importantes dossiês: 1) Publicado em 2011, o dossiê “Feminismo e marxismo: um ano sem Heleieth Saffioti” (Revista Lutas Sociais, 2011, n.27, p. 70-199) que contém vários textos, além de importante entrevista realizada com a autora (GONÇALVES; BRANCO, 2011). Publicado em janeiro de 2013, no Blog marxismo21, o dossiê “Marxismo e feminismo” (LOVATTO; BARSOTTI, 2013), que contém – além de importantes referências sobre o tema – um texto muito procurado da autora, em revista



necessário, possam propor formas de luta que ultrapassem decisivamente os limites de classe impostos por sociedades competitivas. Isso só pode ser superado numa visão de totalidade dos fenômenos e que resgate a ideia de verdade, tão desgastada num mundo que rejeita as metanarrativas, opta pela fragmentação. A dissolução da ideia de verdade e o fim de toda referência ao universal, tão pregada desde os eventos do Maio de 1968, prejudicou quaisquer abordagens teórico-metodológicas que pensam em direção oposta, como se fosse impossível conceber o mundo novamente numa perspectiva de mudança e só nos restasse o niilismo. A totalidade dos fenômenos que levaram a essa propositura de mudança dos paradigmas das Ciências Sociais resultou em consequências nefastas sobre o mundo do trabalho e os trabalhadores, pois propôs a celebração do sujeito descentrado, o apelo a um novo irracionalismo, a ênfase no caráter apenas retórico da verdade, e à exaltação do duplo caráter regressivo da lógica do capitalismo tardio, tanto do ponto de vista político quanto econômico. Daí todas as consequências igualmente nefastas sobre os estudos que isolam a questão feminina, especialmente a mulher da classe trabalhadora.

Por isso que iniciei e concluo com a riqueza da discussão empreendida pelo escritor Victor Serge (1890-1947). Como muito bem caracterizou este que foi um dos maiores historiadores da Revolução Russa, “a imparcialidade do historiador não passa de uma lenda destinada a corroborar convicções de interesse” (SERGE, 1993, p. 15). Neste sentido, na medida em que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante, a quem interessaria a verdade? Serge exemplifica que os trabalhos sobre a grande guerra seriam suficientes para destruir essa lenda, e argumenta: “O historiador é sempre ‘de seu tempo’, isto é, de sua classe social, de seu país, de seu meio político”, para exemplificar que “a única parcialidade isenta hoje, compatível com a grande preocupação da verdade, é a do historiador proletário”, porque “a classe operária é a única que tem tudo a ganhar, em qualquer circunstância com o conhecimento da verdade” pois “ela nada tem a esconder” (SERGE, 1993, p. 15).

---

esgotada nos anos 1980, “O fardo das brasileiras: de mal a pior” (SAFFIOTI, 1979). Nele, a autora defende explicitamente que uma mulher genérica não existe, mas sim mulheres localizadas na estrutura social, que arcam com o ônus desta inserção e, portanto, a intensidade da discriminação feminina varia segundo as classes sociais.

**REFERÊNCIAS:**

- BAMBIRRA, Vania. La mujer chilena em la transicion al socialismo. *Punto Final*, Santiago de Chuile, 1971.
- BAMBIRRA, Vania. Liberacion de la mujer: uma tarefa de hoy. *Punto Final*, Santiago de Chuile, 1972.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 27-29.
- GONÇALVES, Renata. O pioneirismo de *A mulher na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- GONÇALVES, Renata; BRANCO, Carolina. Entrevista: Heleieth Saffioti por ela mesma. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n.27, p.70-81, 2011.
- FERRY, Luc; RENAUT, Alain. *Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. São Paulo: Ensaio, 1985.
- KONDER, Leandro. *Flora Tristan, uma vida de mulher, uma paixão socialista*. São Paulo: Relume-Dumará, 1994.
- KOLONTAI, Alexandra. *O amor e a nova moral*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- LISSAGARAY, Hippolyte Prosper-Olivier. *História da Comuna de Paris de 1871*. São Paulo: Ensaio, 1991.
- LOVATTO, Angélica. Desvendando O poder do macho: um encontro com Heleieth Saffioti. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n.27, p.110-118, 2. sem. 2011.
- LOVATTO, Angélica; BARSOTTI, Paulo (org.). Dossiê Feminismo e marxismo. *Blog marxismo21*, 2009. Disponível em: <http://marxismo21.org/marxismo-e-feminismo/>. Acesso em: 13 abr. 2018.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva, 1989.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Revolução Russa: história, política e literatura*. Com organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MARTUSCELLI, Danilo; GONÇALVES, Renata; LOVATTO, Angélica (org.). Dossiê Heleieth Saffioti. *Blog marxismo21*, 2016. Disponível em: <http://marxismo21.org/dossiê-heleieth-saffioti/>, 2016. Acesso em: 20 jan. 2018.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- SAFFIOTI, Heleieth. O fardo das brasileiras: de mal a pior. *Escrita Ensaio*, São Paulo, n.5, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).

SAFFIOTI, Heleieth. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: MORAES SILVA, Maria Aparecida de. *Mulher em seis tempos: seminário temático II*. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, 1991.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SERGE, Victor. *O ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Ensaio, 1993.

## PARTE II

# FORMA POLÍTICA E DIREITO NA TRANSIÇÃO SOCIALISTA